

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Caros Senhores Acionistas,

Esta Proposta da Administração da **CORRÊA RIBEIRO S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA** (Companhia) foi elaborada com o objetivo de prestar os esclarecimentos necessários a respeito dos itens a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 29 de abril de 2022, às 11:00, para que, dessa forma, os Acionistas exerçam o direito de voto dispondo de informações claras e consistentes acerca dos temas do interesse da Companhia.

Cordialmente,

**Armando de Carvalho Corrêa Ribeiro**  
Presidente do Conselho de Administração

### Conteúdo da Proposta da Administração

**1. Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31/12/2021. Atendimento ao Artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09. Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, em observância ao item 10 do Formulário de Referência da CVM (anexo 24 da Instrução CVM 480/09).**

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes, constituem importante ferramenta de análise da Companhia.

Expressam sua situação econômico-financeira e possibilitam a realização de análises sobre a situação patrimonial, índices de liquidez, lucratividade e de endividamento.

Permitem uma visão estratégica e uma estimativa do futuro, sinalizando suas limitações e potencialidades.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras são elaborados pela Diretoria da Companhia e tem por finalidade fornecer aos Acionistas um instrumento para guiar suas decisões, sendo tais demonstrações submetidas à análise dos Srs. Acionistas, conforme publicação realizada em 29 de março de 2022 no Jornal Tribuna da Bahia e versões completas disponíveis no [www.tribunadabahia.com.br](http://www.tribunadabahia.com.br), [www.crci.com.br](http://www.crci.com.br), [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br).

A Administração informa que já transmitiu, através do sistema IPE da CVM, os seguintes documentos listados no artigo 9º. da Instrução acima referida:

- a) relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- b) cópia das demonstrações financeiras anuais completas;
- c) parecer dos auditores independentes;
- d) formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP;
- e) proposta de destinação do resultado do exercício.

Nesta oportunidade, e em atendimento ao artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09, nos termos do item 10 do Formulário de Referência da CVM, a administração da Companhia apresenta o comentário dos administradores sobre a sua situação financeira, na seguinte forma:

**a. *Condições financeiras e patrimoniais gerais:***

A empresa encontra-se com seu fluxo de caixa normal e possui um patrimônio suficientemente adequado para manter seus negócios atuais.

Não há previsão de possibilidade de resgate de ações da Companhia. A Companhia não pretende utilizar fontes de financiamento externo para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes, inexistindo contratos de empréstimo e financiamento relevantes, pois a empresa tem como política a utilização de recursos próprios, sempre que possível, para o desenvolvimento de suas atividades. Ante tal cenário, inexistem relações de financiamento de longo prazo e/ou dívidas relevantes com instituições financeiras, nem restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

**b. *Resultados das operações da Companhia:***

O faturamento consolidado no exercício de 2021 alcançou R\$ 938 mil (20.463 mil em 2020), oriundo de venda de imóvel da Controlada Villanorte Incorporações Ltda – R\$ 450 mil (R\$ 2.961 mil em 2019), bem como de aluguéis de imóveis das Controladas: LCR Administração Ltda.- R\$ 453 mil (R\$ 419 mil em 2020) e Correa Ribeiro Comércio Exterior Ltda. – R\$ 35 mil (R\$ 35 mil em 2020).

A Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 1.943 mil no exercício de 2021 (R\$ 5.184 mil de lucro em 2020), representando um prejuízo de R\$ 83,92 por ação (R\$ 223,90 de lucro por ação em 2020).

Em 31.12.2021, o Patrimônio Líquido da Companhia apresenta-se negativo, no valor de R\$ 777 mil (R\$ 1.125 mil positivo em 2020). Diante do patrimônio líquido negativo acima apontado, nesse exercício, a Companhia não destacará verba destinada à provisão para os dividendos.

Não ocorreram variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, nem impacto relevante de inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

**c. *Eventos com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:***

Não se verificou a ocorrência de evento descrito no Formulário de Referência com efeito relevante, ou mesmo potencial de causar efeito relevante, nas demonstrações financeiras da Companhia, em especial não tendo se verificado: introdução ou alienação de segmento operacional; constituição, aquisição ou alienação de participação societária; eventos ou operações não usuais; mudanças significativas nas práticas contábeis.

Não existiram mudanças de práticas contábeis nos últimos 05 anos neste emissor e a empresa não utiliza qualquer política contábil especial.

Quanto ao parecer do auditor independente, não houve ressalvas. Já no que toca às ênfases lançadas no item “**Ênfases**” do aludido parecer, a Administração entende que as mesmas apenas denotam o zelo da auditoria em destacar certas práticas da Companhia que podem refletir nos resultados, sendo todas elas pautadas pela legalidade e devidamente justificadas.

Com efeito, quanto à ênfase constante do item “Reconhecimento das receitas das entidades de incorporação imobiliária” do parecer do auditor, a Administração ratifica que adota, em suas práticas contábeis, as regras brasileiras, em especial as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária, considerando, ainda, a Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a qual trata do reconhecimento da receita desse setor em que atua a Companhia, e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias. Essas normas são rigorosamente cumpridas pela Companhia.

Já no que toca à ênfase constante dos itens “Controladora e Controladas subsidiárias integrais com passivo a descoberto em 31/12/2021” e “Impostos a Recolher – Não Circulante de controladas subsidiárias integrais” do parecer do auditor, a Administração ratifica que a Controladora e as controladas Corrêa Ribeiro Comércio Exterior Ltda., LCR Administração Ltda. e Villanorte e Incorporações Ltda, apresentam patrimônio negativo (passivo a descoberto), em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 777 mil, R\$ 8.410 mil, R\$ 1.473 mil, e R\$ 2.018 mil, respectivamente, os quais são justificados pelo elevado passivo fiscal das duas primeiras controladas. Inclusive, esse elevado passivo fiscal é objeto do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído em 24 de outubro de 2017 por intermédio da Lei Federal nº 13.496, cuja adesão foi realizada pelas controladas Corrêa Ribeiro Comércio Exterior Ltda., e LCR Administração Ltda. por força dos riscos de sérias perdas decorrentes da cobrança dos débitos.

Sobre a ênfase relativa ao item “Contingência passiva da Controladora - Banco do Nordeste do Brasil” do parecer do auditor, a Administração ratifica que a provisão no importe de R\$ 5.300.000,00 registrada em virtude de execução movida pelo Banco do Nordeste do Brasil, representa, no seu entendimento, o montante necessário para cobrir possíveis perdas no processo em tela. O objeto da lide é a restituição de valores decorrente de contrato de câmbio, proposta pelo Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) onde o BNB se diz credor de R\$ 10.850.677,19, além de honorários advocatícios de 20%.

A Companhia não adota políticas contábeis críticas, pautando as suas análises e projeções, sempre que possível, por julgamentos e análises objetivas.

**d. *Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis***

Os procedimentos de controladoria são os controles financeiros padrões e operacionais de empresas pequenas, quais sejam: controle de caixa, acompanhamento orçamentário e acompanhamento de vendas, sendo que a Administração avalia o grau de eficiência de tais controles como elevado e não identifica imperfeições a serem ajustadas em tais métodos. De igual forma, não constam do parecer do auditor independente deficiências ou recomendações sobre os controles internos.

**e. *Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor***

Todos os fatos e acontecimentos relevantes estão espelhados nas D.F. e comentados no Relatório da Administração e não existiram itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras (*off-balance sheet items*).

**f. *Plano de Negócios***

O plano de negócios atual da empresa é a conclusão da venda e/ou aluguel dos estoques de imóveis hoje existentes no seu Ativo, bem como eventuais oportunidades de novos investimentos com o objetivo de locação imobiliária. Nenhuma nova operação está definida pela Administração e inexistem fatores novos que tenham influência significativa nos negócios da empresa.

Não há investimentos em andamento ou previstos na Companhia, nem pesquisas, produtos ou serviços em desenvolvimento.

Não há fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos itens acima.

**2 – Informações sobre o Lucro Líquido do Exercício, Distribuição de Dividendos Mínimos. Atendimento ao Artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481/09, com indicação das informações indicadas em seu Anexo 9-1-II.**

A destinação do lucro líquido eventualmente verificado consiste em deliberar acerca da sua apropriação em favor das reservas legais e estatutárias, ou distribuição aos Acionistas como dividendos.

Para este fim, e de acordo com o Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09, a Administração da Companhia informa que:

- 1) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentou um prejuízo de R\$ 1.943 mil (R\$ 5.184 mil de lucro em 2020), representando um prejuízo de R\$ 83,92 por ação (R\$ 223,90 de lucro por ação em 2020).. O Patrimônio Líquido da Companhia, por sua vez, apresenta-se negativo, no valor de R\$ 777 mil (R\$ 1.125 mil positivo em 2020).
- 2) A Administração entende que não há meios para efetuar o pagamento de dividendos, inclusive do dividendo mínimo estabelecido no artigo 10 do Estatuto Social, por não existir fonte (lucro ou reserva) para tal pagamento.
- 3) Nesse cenário, propõe-se **(a)** não pagar dividendos, ante a inexistência de resultado no exercício, bem como de saldo de reservas e o patrimônio líquido negativo; e, **(b)** reconhecer a existência de Passivo a Descoberto na Companhia, com patrimônio líquido negativo de R\$ 1.126 mil.
- 4) Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores. Não houve distribuição de dividendos antecipados e nem declaração de juros sobre capital próprio.
- 5) Considerando que houve prejuízo no exercício, não há relação percentual entre dividendo distribuído e lucro líquido do exercício.
- 6) Tabela comparativa por espécie e classe de ações:

Ações Preferenciais:

	2021	2020	2019	2018	2017
<b>Lucro líquido</b>	-83,92	223,90	-75,11	-241,02	-75,07
<b>Dividendos</b>	0,00	6,148	0,00	0,00	6.148
<b>Montante Global</b>	0,00	94.304,33	0,00	0,00	94.304,33

Ações ordinárias:

	2021	2020	2019	2018	2017
<b>Lucro líquido</b>	-83,92	223,90	-75,11	-241,02	-75,07
<b>Dividendos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Montante Global</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

- 7) Não há destinação de lucros à reserva legal, tendo em vista que houve prejuízo no exercício.

- 8) Os dividendos mínimos aos preferencialistas seriam da ordem de 10% (dez por cento) do valor do capital social, os quais não serão pagos em virtude da ausência de lucro e do saldo de prejuízos acumulados.
- 9) O valor de dividendo obrigatório seria calculado mediante a aferição do valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, o qual não será pago em virtude da ausência de lucro e do saldo de prejuízos acumulados
- 10) Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.
- 11) Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.
- 12) Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

### 3 – Proposta de Remuneração dos Administradores e informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência da CVM (anexo 24 da Instrução CVM 480/09)

A proposta de remuneração dos administradores da Companhia referente ao exercício anterior (2021) foi formalmente aprovada pela Assembleia Geral realizada no dia 20 de abril de 2021, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia.

A proposta da administração para remuneração dos administradores da Companhia para o presente exercício consiste de um valor global de até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), sendo que R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o Conselho de Administração e R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) para a Diretoria.

A remuneração dos Administradores da Companhia proposta para deliberação da Assembleia é uma estimativa que considera o montante máximo que pode vir a ser pago aos membros da Diretoria e Conselho de Administração. Para os três últimos exercícios sociais (2021, 2020 e 2019), a Companhia apresenta as seguintes tabelas, na forma dos itens 13.2 e 13.11 do sobredito Formulário de Referência da CVM:

Exercício Social de 2021			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
b. número total de membros	3	3	0
c. número de membros remunerados	2	3	0
d. remuneração segregada em:			0
i. remuneração fixa anual, segregada em:			0
· salário ou pró-labore	144.000,00	1.367.586,30	0
· benefícios diretos e indiretos	0	0	0
· remuneração por participação em comitês	0	0	0
· outros	0	0	0
ii. remuneração variável, segregada em:			0
· bônus	0	0	0
· participação nos resultados	0	0	0
· remuneração por participação em reuniões	0	0	0
· comissões	0	0	0
· outros	0	0	0
iii. benefícios pós-emprego	0	0	0
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0
v. remuneração baseada em ações, incluindo opções	0	0	0

e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	144.000,00	1.367.586,30	0
f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	1.511.586,30	1.511.586,30	0
g. valor da maior remuneração individual (por ano)	72.000,00	555.393,15	0
h. valor da menor remuneração individual (por ano)	72.000,00	256.800,00	0
i. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados) (por ano)	72.000,00	455.862,10	0

<b>Exercício Social de 2020</b>			
a. órgão	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
b. número total de membros	3	3	0
c. número de membros remunerados	0	3	0
d. remuneração segregada em:			0
i. remuneração fixa anual, segregada em:			0
· salário ou pró-labore	0	1.223.500,00	0
· benefícios diretos e indiretos	0	0	0
· remuneração por participação em comitês	0	0	0
· outros	0	0	0
ii. remuneração variável, segregada em:			0
· bônus	0	0	0
· participação nos resultados	0	0	0
· remuneração por participação em reuniões	0	0	0
· comissões	0	0	0
· outros	0	0	0
iii. benefícios pós-emprego	0	0	0
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0
v. remuneração baseada em ações, incluindo opções	0	0	0
e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	0	1.223.500,00	0
f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	1.223.500,00	1.223.500,00	0
g. valor da maior remuneração individual (por ano)	0	531.375,00	0
h. valor da menor remuneração individual (por ano)	0	160.800,00	0
i. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados) (por ano)	0	230.725,00	0

<b>Exercício Social de 2019</b>			
a. órgão	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
b. número total de membros	3	3	0
c. número de membros remunerados	1	3	0
d. remuneração segregada em:			0
i. remuneração fixa anual, segregada em:			0
· salário ou pró-labore	86.320,00	2.128.000,00	0
· benefícios diretos e indiretos	0	0	0
· remuneração por participação em comitês	0	0	0
· outros	0	0	0

ii.	remuneração variável, segregada em:			0
	· bônus	0	0	0
	· participação nos resultados	0	0	0
	· remuneração por participação em reuniões	0	0	0
	· comissões	0	0	0
	· outros	0	0	0
iii.	benefícios pós-emprego	0	0	0
iv.	benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0
v.	remuneração baseada em ações, incluindo opções	0	0	0
e.	valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	86.320,00	2.128.000,00	0
f.	total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	2.214.320,00	2.214.320,00	0
g.	valor da maior remuneração individual (por ano)	86.320,00	984.000,00	0
h.	valor da menor remuneração individual (por ano)	86.320,00	160.800,00	0
i.	valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados) (por ano)	86.320,00	709.600,00	0

A Administração da Companhia relaciona a seguir, ainda, as informações aplicáveis indicadas no **item 13 do Formulário de Referência da CVM** em relação à remuneração dos administradores:

**a. *Objetivos da política ou prática de remuneração***

A remuneração global e anual dos administradores da Corrêa Ribeiro S/A Comércio e Indústria é fixada em Assembleia Geral Ordinária, levando-se em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O fator primordial de remuneração e que ao mesmo tempo se constitui no principal objetivo da política de remuneração adotada, é o desempenho e a evolução da Corrêa Ribeiro S/A Comércio e Indústria, conforme planejamento estratégico estabelecido. A política de remuneração deve sempre servir ao negócio da Companhia, estando a mesma formalmente aprovada.

**b. *Composição da remuneração***

**i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada Administrador;**

**Conselho de Administração:**

- Remuneração Fixa

Pró-labore

Os membros titulares do Conselho de Administração (atualmente 3) fazem jus a remuneração anual, conforme limites aprovados pela Assembleia. Esta importância tem como objetivo remunerar os serviços de cada Conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. A Administração da Companhia propõe, como valor anual global máximo da remuneração dos membros do Conselho de Administração, para o exercício de 2022, o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Os membros titulares do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios diretos e indiretos, remuneração variável, benefícios pós-emprego, benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo ou emprego.

### **Diretoria:**

- Remuneração Fixa

Pró-labore

Os membros da Diretoria (atualmente 3) recebem remuneração mensal (honorários) compatível com as atividades desenvolvidas e observado o limite global aprovado. Tal importância também tem como objetivo remunerar os serviços de cada Diretor, levando-se em conta a responsabilidade atribuída a cada um na gestão da Companhia. A Administração da Companhia propõe, como valor anual global máximo da remuneração dos membros da Diretoria, para o exercício de 2022, o montante de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais).

- Benefícios concedidos

Os membros da Diretoria fazem jus, a título de benefício, apenas à disponibilização de veículo para locomoção. Trata-se de benefícios que, além de alinhados às práticas de mercado, têm como objetivo dar tranquilidade aos executivos no desempenho de suas atividades.

- Remuneração Variável e outros benefícios não concedidos

Os membros da Diretoria não fazem jus a remuneração variável, benefícios pós-emprego, benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo ou emprego.

### **Conselho Fiscal:**

- Remuneração Fixa

Pró-labore

Não há Conselho Fiscal instalado na Companhia.

Caso instalado o Conselho Fiscal, os Conselheiros receberão remuneração, em importe a ser previamente definido pela Assembleia Geral, de acordo com valores de mercado. O valor a ser fixado terá como objetivo remunerar os serviços de cada Conselheiro, levando-se em conta a responsabilidade atribuída ao Conselho Fiscal da Companhia.

Se instalado Conselho Fiscal, serão adotadas as mesmas práticas da Administração, no sentido dos Conselheiros não fazerem jus a benefícios diretos e indiretos, remuneração variável, benefícios pós-emprego, benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo ou emprego.

### ***iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;***

Considerando que a Companhia adota remuneração baseada exclusivamente em valor fixo, não há metodologia de cálculo a ser indicada para outros elementos.



Considerando que o limite global da remuneração fixa é definido anualmente pela Assembleia, não é praticado reajuste de valores pela Administração, salvo deliberação expressa da Assembleia em sentido contrário.

**iv) Razões que justificam a composição da remuneração.**

As razões para composição da remuneração se justificam no incentivo na melhoria da gestão e a permanência dos executivos da Companhia, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo, sempre observada a capacidade financeira da Companhia.

**c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Considerando que a Companhia adota remuneração baseada exclusivamente em valor fixo, não são levados em consideração indicadores de desempenho para determinação de elementos de remuneração.

**d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Considerando que a Companhia adota remuneração baseada exclusivamente em valor fixo, não são levados em consideração indicadores de desempenho para determinação de elementos de remuneração.

**e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A prática de remuneração fixa adotada pela Companhia se alinha ao perfil de seus negócios atuais, atendendo aos interesses de curto, médio e longo prazo. Isto porque, no curto prazo a Companhia não desembolsa elevados valores para manter profissionais experientes em sua Administração, no médio prazo os mantém em seus quadros em virtude da estabilidade proporcionada pela política adotada e no longo prazo pereniza a relação com profissionais de reconhecida competência, que são incentivados a buscar novos negócios e, assim, manter tal relação.

**f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não existe, na Corrêa Ribeiro S/A Comércio e Indústria, remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não existe, na Corrêa Ribeiro S/A Comércio e Indústria, remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

**h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria**

O processo decisório para fixar a remuneração individual dos membros do conselho de administração e da diretoria observa os parâmetros de mercado usualmente praticados, considerando, ainda, a responsabilidade, experiência e formação de cada membro. Os valores são fixados sempre abaixo das médias de mercado divulgadas pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa para empresas de Capital Aberto, tal como vem sendo aplicado pela Companhia, sendo essa política reavaliada anualmente.

Sobre a quantidade de ações direta ou indiretamente detidas por membros dos órgãos da administração, segue tabela conforme **item 13.9 do Formulário de Referência da CVM**:

#### **Conselho de Administração**

Titular	Qte. Total	EO	EP
Armando de Carvalho Correa Ribeiro	2444	2055	389
Luzia Ralston Correa Ribeiro	12	12	0
<b>Total Conselho de Administração</b>	<b>2456</b>	<b>2067</b>	<b>389</b>
<b>Diretoria</b>			
José Carlos da Costa Gomes	2190	2055	135
<b>Total Diretoria</b>	<b>2190</b>	<b>2055</b>	<b>135</b>

Quanto ao **item 13.13 do Formulário de Referência da CVM**, informa que, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, 100% da remuneração dos órgãos da administração foi paga a partes relacionadas dos controladores.

Já no que toca ao **item 13.14 do Formulário de Referência da CVM**, informa que, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não foi paga nenhuma remuneração dos órgãos da administração por qualquer razão que não a função que os seus membros ocupam.

Quanto ao **item 13.15 do Formulário de Referência da CVM**, informa que, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não foram reconhecidos, no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor.

#### **5. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS**

Em atendimento às normas aplicáveis, especialmente ao disposto no §3º do artigo 135 da Lei 6.404/76 e no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, os documentos relativos à AGO encontram-se à disposição dos senhores acionistas no endereço da sede da Companhia.

#### **6. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA**

Nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, a AGO será convocada por meio de anúncio publicado, por 3 (três) vezes, em jornal de grande circulação editado no local da sede e habitualmente utilizado pela Companhia, em sua versão impressa e na respectiva página na internet, contendo o local, a data e a hora da AGO e sua respectiva ordem do dia.

#### **7. LOCAL DA AGO**

A AGO será realizada no dia 29 de abril de 2022, às 11:00, no edifício onde a Companhia mantém sua sede, a saber: Avenida Tancredo Neves, nº 2539, CEO Salvador Shopping, Torre Londres, sala 1.205, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021.

#### **8. CONCLUSÕES**

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos senhores acionistas reunidos na AGO da Companhia, recomendando sua integral aprovação.

Salvador/BA, 29 de março de 2022.

**Armando de Carvalho Corrêa Ribeiro**  
Presidente do Conselho de Administração